

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CPD)

### PROJETO DE LEI Nº 3.584, DE 2024

Apensado: PL nº 1.020/2025

Estabelece a proibição da aplicação de cotas em processos seletivos para especialização, em residência médica, após a conclusão do curso de medicina.

**Autor:** Deputados DR. ZACHARIAS CALIL e HÉLIO LOPES

**Relator:** Deputado CORONEL TADEU

## I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.584, de 2024, de autoria dos Deputados Dr. Zacharias Calil e Hélio Lopes, que dispõe sobre a vedação da aplicação de cotas em processos seletivos para especializações na área da saúde, especialmente residência médica, após a conclusão do curso de Medicina.

Em síntese, a proposição pretende proibir a reserva de vagas com fundamento racial, socioeconômico ou de qualquer outra natureza nos certames de residência médica e demais especializações médicas. Estabelece que o ingresso deve ocorrer exclusivamente por meio de provas, com base em critérios meritocráticos e técnicos, sob regulamentação da União.

O projeto invoca a necessidade de uniformidade e eficiência, argumentando que a reserva de vagas não deve se



estender à pós-graduação médica, por tratar-se de etapa voltada à competência técnica.

A justificativa argumenta que, por se tratar de etapa voltada à qualificação técnica, a fase de especialização não comporta ações afirmativas, que já teriam cumprido sua finalidade no ingresso à graduação por meio de cotas no vestibular. Os autores sustentam também que cotas nesse estágio poderiam comprometer os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que regem a administração pública.

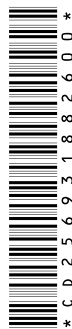
Foi apensado ao projeto original o Projeto de Lei nº 1.020, de 2025, de autoria dos mesmos parlamentares, com conteúdo análogo:

PL nº 1.020/2025, de autoria do Sr. Hélio Lopes e do Sr. Dr. Zacharias Calil, que estabelece a vedação da aplicação de cotas raciais, socioeconômicas ou de qualquer outra natureza em processos seletivos para residência, especializações e demais formações na área da saúde, após a conclusão do curso de graduação, garantindo a seleção baseada exclusivamente em critérios meritocráticos e de competência técnica.

A tramitação se dá em regime ordinário, com apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, inciso II, e do art. 151, inciso III, do RICD.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.



É o relatório.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256931882600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Tadeu



Apresentação: 09/07/2025 19:26:46.813 - CPD  
PRL 2 CPD => PL 3584/2024

PRL n.2

## II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência apreciar o mérito da matéria quanto à observância dos direitos das pessoas com deficiência, à luz da Constituição Federal, de normas internacionais incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro e da legislação infraconstitucional vigente.

A Constituição da República, em seu art. 3º, inciso IV, e no art. 5º, caput, estabelece os fundamentos da igualdade e da não discriminação, impondo à República o dever de promover o bem de todos. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 2008, e incorporada ao ordenamento jurídico com status de emenda constitucional pelo Decreto nº 6.949, de 2009, dispõe, em seu art. 24, § 5º, que o Estado deve assegurar o acesso em condições de igualdade à educação superior e à formação profissional. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), em seus arts. 2º, 28 e 30, consagra o direito à educação inclusiva, à adoção de ações afirmativas e à reserva de vagas em todos os níveis de ensino. O Decreto nº 11.016, de 2022, regulamenta a reserva mínima de 20% (vinte por cento) das vagas em programas de residência multiprofissional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

As proposições analisadas são meritórias, na medida em que buscam valorizar a competência técnica como critério de ingresso em programas de residência médica e outras especializações na área da saúde. A adoção de exames com base em critérios objetivos e imparciais favorece a transparência dos certames, contribui para a uniformização nacional dos processos seletivos e fortalece a qualidade da formação profissional, em benefício direto da população atendida.

Entretanto, ao vedar de forma ampla e indistinta qualquer modalidade de reserva de vagas, o texto original acaba por atingir, ainda que de forma reflexa, as ações afirmativas voltadas às pessoas com deficiência,



atualmente garantidas por um conjunto de normas de hierarquia constitucional, convencional e legal. Essa supressão contraria o princípio da igualdade material (art. 5º, caput, c/c art. 3º, IV, da Constituição Federal) e o dever de inclusão previsto no art. 24, § 5º, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que impõe ao Estado brasileiro a obrigação de assegurar o acesso, em condições de igualdade, à educação superior e à formação profissional, mediante a adoção de acomodações razoáveis. Tais obrigações encontram fundamento expresso no art. 28, incisos I e II, da Lei nº 13.146, de 2015, que determina ao poder público a implementação de ações afirmativas, inclusive a reserva de vagas e a garantia de acessibilidade nos programas de educação profissional e tecnológica, abrangendo cursos de pós-graduação lato e stricto sensu e residências em saúde.

A reserva de vagas para pessoas com deficiência não se confunde com ações afirmativas de cunho racial ou socioeconômico. Trata-se de política de equiparação de oportunidades, de natureza compensatória e promocional, destinada a superar barreiras físicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais (Lei nº 13.146/2015, art. 3º, IV) que persistem mesmo após a conclusão da graduação.

Assim, para compatibilizar a valorização do mérito técnico com o dever constitucional de inclusão, apresento Substitutivo que veda a adoção de cotas raciais, étnicas ou socioeconômicas nos processos seletivos, mas assegura, em percentual não inferior a 5% (cinco por cento), a reserva de vagas às pessoas com deficiência. A medida observa critérios objetivos de avaliação e exige nota mínima idêntica à dos demais candidatos, resguardando a isonomia e a excelência acadêmica.

O texto assegura prova única e nota mínima idêntica para todos os candidatos, garantindo que a ação afirmativa não prejudique a aferição de competência. Incumbe-se à Comissão Nacional de Residência Médica, no âmbito do Ministério da Educação, regulamentar os procedimentos de comprovação da deficiência, a oferta de adaptações razoáveis e a fiscalização do cumprimento da lei, em respeito à autonomia universitária prevista no artigo



207 da Constituição. Prevê-se ainda avaliação quinzenal dos resultados da política afirmativa, permitindo-se futura revisão baseada em evidências.

O Substitutivo também aperfeiçoa a técnica legislativa em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, ao delimitar com clareza o objeto, inserir cláusula de vigência e evitar dispositivos redundantes.

Desse modo, as proposições, tal como ajustadas, fortalecem a meritocracia, conferem segurança jurídica aos processos seletivos, promovem a inclusão das pessoas com deficiência e se harmonizam integralmente com o ordenamento constitucional e infraconstitucional vigente.

Diante do exposto, **voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.584, de 2024, e do Projeto de Lei nº 1.020, de 2025, na forma do Substitutivo em anexo.**

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado Coronel Tadeu  
Relator



## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CPD)

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.584, DE 2024

(Apensado: PL 1.020/2025)

Estabelece critérios meritocráticos para o ingresso em programas de residência médica e demais especializações na área da saúde, veda cotas raciais, étnicas ou socioeconômicas e assegura reserva mínima de vagas às pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o ingresso em programas de residência médica e demais especializações na área da saúde após a conclusão do curso de medicina, assegurando processo seletivo pautado na competência técnica, na igualdade de oportunidades e na inclusão das pessoas com deficiência.

Art. 2º O acesso aos programas de que trata o art. 1º ocorrerá, em todo o território nacional, por meio de provas e demais instrumentos de avaliação definidos em edital, observados critérios meritocráticos objetivos.

Art. 3º É vedada a reserva de vagas baseada em raça, cor, etnia, origem ou condição socioeconômica nos processos seletivos referidos nesta Lei.

Art. 4º Fica assegurada a reserva de, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas, ou percentual superior que venha a ser estabelecido em ato normativo federal superveniente, às pessoas com deficiência, observados:



I – os conceitos de deficiência definidos na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

II – as adaptações razoáveis e critérios de avaliação compatíveis, sem dispensa de requisitos técnicos mínimos;

III – a manutenção de lista de classificação específica, precedida de nota mínima idêntica à exigida dos demais candidatos.

Art. 5º Compete à Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), no âmbito do Ministério da Educação, regulamentar:

I – os procedimentos para aferição da deficiência e para a implementação da reserva de vagas;

II – os instrumentos de avaliação, garantindo isonomia e acessibilidade;

III – mecanismos de fiscalização quanto ao cumprimento desta Lei.

Art. 6º As instituições formadoras deverão publicar, anualmente, relatório de transparência contendo número de inscritos, aprovados e matriculados, com a identificação da cota para pessoas com deficiência, preservados os dados pessoais sensíveis.

Art. 7º O Ministério da Educação encaminhará ao Congresso Nacional, a cada 5 (cinco) anos, relatório avaliando os impactos desta Lei sobre:

I – a qualidade da formação dos especialistas;

II – a taxa de ocupação das vagas reservadas;

III – o perfil inclusivo dos programas.

Art. 8º O processo seletivo observará prova única e nota mínima idêntica para todos os candidatos, garantindo que a ação afirmativa não prejudique a aferição de competência técnica.





Art. 9º A Comissão Nacional de Residência Médica deverá regulamentar os procedimentos para comprovação da deficiência, a oferta de adaptações razoáveis e a fiscalização do cumprimento da lei, respeitando a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado Coronel Tadeu  
Relator

